

O poder da opinião Análise comparada de comentários televisivos sobre política¹

TEIXEIRA, CARLA
carla.teixeira@fcsh.unl.pt

OLIVEIRA, TERESA
mtfoliveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE:
género textual;
comentário político
televisivo;
tipos de discurso;
tempos verbais.

KEY-WORDS:
text genre;
political T.V. comment;
types of discourse;
verbal tenses.

Doutorada em Linguística
Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa/NOVA
Doutorada em Linguística
Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa/NOVA
C3i, Instituto Politécnico de Portalegre

RESUMO: Considerando que os *media* televisivos apresentam recorrentemente diversas personalidades com o propósito de comentar factos e expor o seu ponto de vista sobre acontecimentos relevantes para a sociedade, este trabalho descreverá dois exemplares do género textual comentário político televisivo. Seguindo uma abordagem descendente, esta investigação situa-se no marco do Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart 2003, 2008), procurando adaptar a proposta de Teixeira (2016) para a análise de textos jornalísticos de comentário sobre política. Este trabalho é centrado na saliência de aspetos enunciativos, temporais e temáticos, pelo que, metodologicamente, serão consideradas e analisadas as marcas linguísticas mais relevantes de ordem enunciativa, temporal e lexical. Essas mesmas marcas serão revistas de acordo com os tipos de discurso, segundo a perspetiva sociointeracionista, destacando-se as diferentes formas de tratamento e de deferência entre os atores, o distinto peso relativo dos vários tempos verbais e a unidade lexical que tematiza a abordagem dos assuntos em causa.

ABSTRACT: Considering that the television media regularly present several personalities for the purpose of commenting on facts and exposing their point of view on events relevant to society, this work will describe two examples of the textual genre political television commentary. Following a downward approach, this research is developed within the framework of Sociodiscursive Interactionism (Bronckart 2003, 2008), seeking to adapt the proposal of Teixeira (2016) for the analysis of journalistic texts of commentary on politics. This work is centered on the saliency of enunciative, temporal and thematic aspects, so that, methodologically, the most relevant linguistic marks of enunciative, temporal and lexical order will be considered and analyzed. These same marks will be reviewed in relation to the types of discourse, according to the socio-interactionist perspective, highlighting the different forms of treatment and deference among the actors, the different relative weight of the various verbal tenses and the lexical unit which thematizes the approach of the commented subjects.

1. INTRODUÇÃO

1. O presente trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal), no âmbito do projeto UID/LIN/03213/2013.

Este trabalho inscreve-se no projeto CoRUS, Conhecimento, Representação e Uso, do grupo Gramática & Texto, integrado no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL), que tem como propósito analisar vários géneros textuais *comentários* relacionados com os domínios sociais nos quais foram produzidos e descrever as respetivas formas linguísticas em ocorrência.

A presente investigação visa particularmente analisar dois exemplares do género *comentário político televisivo* datados de 2012. Atendendo à noção de género de texto enquanto “unidade de produção de linguagem” (Bronckart 2003: 71) e ao género textual em observação, pretende-se caracterizar o que é designado como comentário televisivo no qual a temática associada é a política, respondendo às seguintes interrogações: Que atitude ou desempenho apresentam os intervenientes? Quais as propriedades do género textual e dos discursos, numa perspetiva sociointeracionista? Quais as formas linguísticas ocorrentes mais recorrentes? Responder a estas questões permitirá contribuir para uma associação das formas linguísticas aos géneros textuais e uma caracterização dos tipos de discurso em Português Europeu, definindo na constituição do entendimento coletivo, ainda, com maior exatidão tipo(s) de agir desempenhado(s) pelos sujeitos que assinam estes textos.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS MEDIA TELEVISIVOS

É um facto que a atividade jornalística constrói “a realidade social, enquanto realidade pública coletivamente relevante.” (Brandão 2010: 33) Nesse sentido, o jornalismo e os seus profissionais têm uma responsabilidade ética e social na formação da opinião pública. Este compromisso é ainda mais evidente na televisão, como principal mediador dos acontecimentos socialmente relevantes, ou mesmo criador de uma visão do mundo, o que sucede, por exemplo, na seleção das notícias, verdadeiramente uma triagem do real, ou na eleição da área política como principal fonte do conteúdo mediático.

Esta dinâmica mediática não é recente nem exclusiva do contexto televisivo. Já no final do século XX, numa análise da imprensa italiana, compreendendo jornais e televisão, ampliada também à imprensa internacional, Umberto Eco (1998: 69) comprovou a influência que a televisão tem na constituição da agenda jornalística, na gravidade de a televisão falar recorrentemente de si mesma (Eco 1998: 77) e no “furo” ser menos o facto para ser mais como os *media* abordam o facto. O jornalismo foi alvo de crítica pelo mesmo autor por ser considerado uma atividade a rentabilizar e que, por isso mesmo, pretende atrair o grande público: segundo Eco, a “ideologia do espetáculo” (Eco 1998: 67) pressupõe a criação de casos como notícia, e a eleição da televisão como “espaço político privilegiado” (Eco 1998: 72) implica uma politização do espetáculo.

Também Bourdieu (2001: 107-108) apresenta opinião semelhante no que diz respeito à política como “um espetáculo pouco excitante”, mas que é obrigatório mostrar. Esta conceção justifica o surgimento de figuras televisivas como o “animador-*entertainer*” ou ainda do que se chama, nos Estados Unidos da América, “*panelists*”, intervenientes numa espécie de jogo televisivo que respondem a todas as perguntas (inclusive da ordem do bizarro) e estão dispostos a participar em qualquer evento (das lucrativas conferências a qualquer outro tipo de acontecimento) que lhes possa conceder notoriedade ou visibilidade mediática entre os órgãos de comunicação. Contudo, esta *animação* dos conteúdos políticos concretiza uma “política da simplificação demagógica (totalmente oposta à intenção democrática de informar, ou de educar distraindo)” (Bourdieu 2001: 108) que é, na verdade, uma projeção da visão do indivíduo, assente no “conhecimento do mundo político mais baseado na intimidade dos contactos e das confidências (...) do que na objetividade de uma observação e de um inquérito” (Bourdieu 2001: 108).

Neste estudo, primeiramente, consideraremos que Portugal, à sua escala, participa do fenómeno mediático de popularização do espaço informativo focado na área política, ao divulgá-lo como qualquer outro elemento da programação do canal e ao solicitar a presença em estúdio

de especialistas ou comentaristas, as figuras residentes do canal que interpretam a atualidade. Em segundo lugar, assumiremos que esta dinâmica internacional assume contornos específicos no caso português, observáveis ao nível do género textual comentário político televisivo e respetivas localizações linguísticas. Os vínculos entre o texto e a sua análise evidenciam o que Rastier (2002: 47) designou de relação entre “o global e o local” e que consideramos (também) ser a relação entre a ação da linguagem e a sua materialidade linguística.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente trabalho reporta aos princípios teórico-metodológicos do interacionismo sociodiscursivo (ISD, Bronckart 2003, 2008), enquanto corrente que promove uma abordagem holística do ser humano através do estudo da linguagem, estudo esse fundamentado, entre outras, nas componentes social, psicológica e linguística.

Desta forma, a nossa análise processa-se num movimento descendente que percorre vários tipos de patamares: tem início num patamar social, a atividade de linguagem (o contexto de produção referente ao domínio social no qual é produzido o texto); segue-se um patamar que se poderá designar de natureza sociolinguística, o género de texto (tido como um modelo ou um formato textual relativamente ao qual os textos se distanciam ou aproximam), pois a atividade de linguagem determina a concretização do género; e detalha-se em dois patamares linguísticos, o texto propriamente dito, que é percecionado como a materialização do género textual, e os tipos de discurso, unidades infraordenadas relativamente ao género textual.

Sublinhamos que, na aceção sociointeracionista, o *discurso* é considerado como o conjunto de unidades linguísticas que configura um de quatro tipos de discursos relativamente aos parâmetros da temporalidade e da responsabilização enunciativa, ao contrário do entendimento corrente de *campo social* presente nas abordagens em linguística textual e análise do discurso. No entanto, de acordo com as orientações programáticas do ISD relacionadas principalmente

com a componente psicológica, as unidades linguísticas que definem os tipos de discurso remetem para quatro constructos que descrevem operações mentais (Bronckart 2008: 45; 62-75; Coutinho 2009: 198-199). Nesse sentido, o parâmetro da temporalidade delimita a ordem do expor (a conjunção com o momento da enunciação: discurso interativo e discurso teórico) e a ordem do narrar (a disjunção com o momento da enunciação: o relato interativo e a narração); por sua vez, o parâmetro da responsabilização enunciativa delimita a implicação do sujeito produtor textual (patente no discurso interativo e no relato interativo) e a autonomia do sujeito relativamente ao momento da enunciação (no discurso teórico e na narração). Ilustramos hipoteticamente a identificação dos tipos de discurso em função dos parâmetros da temporalidade e da responsabilização enunciativa² em segmentos textuais (que, numa situação de análise real, deverão ser relacionados com o género textual): a partir de uma frequência assinalável de ocorrências relativamente a formas verbais no presente do indicativo, a utilização deste tempo e modo verbal está associada a uma conjunção com o momento da enunciação, portanto, com a ordem do expor. Desta forma, o valor temporal-aspetual definirá o tipo de discurso ocorrente: usado numa situação de interação, como um diálogo, o presente do indicativo apontará para o momento enunciativo e para os interactantes, pelo que o tipo de discurso é interativo; contudo, em segmentos que apresentam um presente do indicativo com valor genérico e o produtor textual se distancia da cena enunciativa, estaremos perante o tipo de discurso teórico.

Na análise dos textos procurar-se-á descrever a prática do comentador de televisão, a partir de uma reflexão sobre o género textual em estudo e as ocorrências microlinguísticas associadas. Para atender a este último propósito, far-se-á uso dos tipos de discurso como instrumento geral de análise e da proposta de Teixeira (2016) para o estudo dos comentários jornalísticos políticos na imprensa escrita e digital. Este trabalho, que também se inscreve no âmbito sociointeracionista, assenta na análise dos aspetos enunciativos, temporais e referenciais num *corpus* de dezoito comentários políticos, produzidos num contexto de imprensa escrita e digital em Português Europeu. Sumariamente, Teixeira verificou que os sujeitos produtores textuais:

2. Os parâmetros que referem a temporalidade e a enunciação são aqueles que prioritariamente definem os tipos de discursos, no entanto há uma série de categorias que, no seu conjunto, concorrem para a identificação correta dos mesmos, tais como o uso de nominais (designam os interactantes, diversificam a apresentação do conteúdo temático), a recorrência de conetores textuais ou os tipos de modalidade presentes.

manifestavam a sua opinião fazendo uso da 1.^a pessoa do singular e delegavam a responsabilidade enunciativa por meio de citações, frases impessoais ou evocando factos do conhecimento público; demonstravam o seu ponto de vista essencialmente em função do momento presente, utilizando o presente do indicativo (Teixeira 2016: 155) com uma interpretação coincidente com a situação de enunciação ou genérica; a designação do referente decorre do uso de nominais e de expressões conotativas, principalmente com valor argumentativo, com a intenção de intensificar as ideias do produtor textual. Procurando uma melhor correspondência com os instrumentos de análise do ISD, nomeadamente, com a arquitetura interna dos textos³, manteremos as denominações *aspetos enunciativos* e *aspetos temporais* e passaremos a designar o último foco de análise de *aspetos temáticos*.

3. Dar conta da arquitetura interna dos textos tornaria este artigo demasiado extenso, contudo pensamos no nível dos mecanismos de textualização (coerência temática e processos isotópicos) e na infraestrutura geral do texto (organização temática) (Bronckart 2008: 76-85) para uma uniformização de designações.

Ainda de acordo com os propósitos do ISD, a observação destes aspetos servirá para uma definição do papel social dos intervenientes neste género de texto relativamente ao desempenho do agir; neste contexto, são agentes aqueles que apontam para a fonte de um processo, cujas capacidades não estão implicadas no desenrolar do agir, e atores aqueles que são fonte autónoma do processo do agir, com capacidade de decisão regulada por si mesmo, o que pressupõe o recurso às capacidades do sujeito (Bronckart & Machado 2004: 156).

Pretendemos, então, comprovar se os mencionados focos de análise, enunciativos, temporais e temáticos, são também relevantes para o comentário político televisivo, de acordo com as ocorrências a observar e respetivas categorias gramaticais, bem como instigadores de uma observação do agir.

4. CORPUS

Os dois exemplares analisados do género textual *comentário televisivo sobre política* têm como comentadores Marcelo Rebelo de Sousa (MRS) e Miguel Sousa Tavares (MST) e foram realizados em duas estações portuguesas de televisão privada: a TVI (de conteúdos generalis-

tas) e a SIC Notícias (de conteúdos especializados em informação). À data, MRS e MST eram dos comentadores com maior reconhecimento na televisão portuguesa⁴. Dados específicos sobre os dois exemplares de texto encontram-se no quadro 1 abaixo.

Comentário político televisivo	1	2
Comentador	Marcelo Rebelo de Sousa (MRS)	Miguel Sousa Tavares (MST)
Jornalista (pivô)	Judite Sousa (JS)	Rodrigo Guedes de Carvalho (RGC)
Estação de televisão	TVI	SIC Notícias
Data	30 de setembro de 2012	29 de outubro de 2012
Duração	---	4 m. 25 s.

Quadro 1 - *O corpus*

Os dois comentários foram transcritos de acordo com as convenções apresentadas no final deste trabalho (Cf. anexo 1). Este estudo incidirá nas versões transcritas dos textos orais (apresentadas no final do artigo), integralmente no segundo caso, e, uma seleção de segmentos do comentário 1 (doravante, C1) cuja extensão é equivalente ao comentário 2 (C2), devido a uma opção metodológica de observação de segmentos com o mesmo conteúdo temático e extensão semelhante.

Para um melhor entendimento do conteúdo temático dos dois comentários, há que contextualizar a situação de produção textual, já que tematicamente os comentários situam-se no campo político, e, de um ponto de vista da subtemática, estes focam o que é popularmente reconhecido como a *crise*, um período que corresponde à vigência do XIX Governo Constitucional (2011-2015) da República Portuguesa, liderado por uma coligação pós-eleitoral entre o PSD (Partido Social Democrata) e o CDS-Partido Popular (Partido do Centro Democrático Social). Estes dois partidos constituíram governo na sequência de um pedido de financiamento

4. Miguel Sousa Tavares, apesar de formado em direito, foi durante muitos anos jornalista, destacando-se no jornalismo televisivo através da *entrevista política*. Hoje em dia, além da sua participação em telejornais, destaca-se pela sua atividade de escritor. Marcelo Rebelo de Sousa é presentemente o Presidente da República Portuguesa, no entanto, além de professor universitário de direito e constitucionalista, tem participado na sociedade portuguesa nos campos jornalístico e político. Independentemente da visibilidade que a televisão possa conceder, reconhece-se que estes sujeitos, especificamente, divergem da figura do *panelist*, referida por Bourdieu, como indivíduo que desenvolve o seu mérito profissional em função dos *media*.

5. Os comentários televisivos foram transcritos por Lúcia Cunha, investigadora do Gramática & Texto/CLUNL, e revistos por Carla Teixeira.

externo realizado pelo anterior governo PS (Partido Socialista) e que foi cedido pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, a *troika*. O empréstimo concedido forçou os governantes a medidas impopulares, pelo que, nestes textos, os comentadores discutem questões relacionadas com a reestruturação económica do país, exigida pelos financiadores, ou acontecimentos que se deram neste período, como é o caso do resgate financeiro da Grécia.

4.1. O GÉNERO TEXTUAL COMENTÁRIO TELEVISIVO POLÍTICO

Considerando a macroestrutura dos exemplares observados, o comentário televisivo político compreende uma injunção da parte do pivô do telejornal, uma pergunta ou um pedido para o comentador se posicionar em termos de opinião, seguida naturalmente pelas respostas por parte dos comentadores. Segmentos do *corpus* ilustram esta estrutura com uma pergunta de JS (C1) e outra de RGC (C2), jornalistas pivô, sobre a crise na Grécia e uma eventual necessidade de se proceder a uma nova revisão constitucional em Portugal, seguidas das respostas dos comentadores, MRS (C1) e MST (C2).

JS professor começamos pela situação da Grécia (.) tivemos uma greve geral esta semana (.) mais cortes (.) mais medidas de austeridade (.) mais manifestações terminaram em confrontos enfim (.) o [que há a dizer?

MRS sim no fundo] o que há a dizer é o seguinte a grande conversa esta semana é naturalmente a Espanha e depois Portugal e fala-se pouco da Grécia ah já se falou tanto tanto tanto que as pessoas se cansam mas a Grécia está por resolver (C1)

RGC Miguel, já há quem pense que este refundar do memorando não é mais do que uma <revisão> constitucional <sem> esse nome. É também essa a tua opinião?

MST Como sabemos, este governo gosta muito de trazer palavras novas para vocabulário político e quase todas as que começam por <"r"> *** reformular, rebalanciar, refundar, de tudo, de maneira que há sempre aqui um jogo de palavras que não está bem esclarecido. Pode ser *** pedir a renegociação do acordo com a troika, que é aquilo que quase toda a gente defende menos o governo [//] (C2)

É de registar que o género textual comentário televisivo político, formalmente, identifica-se com a entrevista⁶, que também expõe uma *espécie de conversa*, com maior ou menor orientação da parte do jornalista, que, por sua vez, assume a função de entrevistador. Na entrevista, pode ainda ser apontada alguma assimetria em questões de poder da comunicação e de domínio temático, ou seja, o jornalista conduz a conversação e o entrevistado detém o máximo conhecimento sobre o assunto. Em comparação com o comentário televisivo político, a entrevista evidencia igualmente um carácter pontual.

Porém, a razão pela qual insistimos em que os textos apresentados não se enquadram neste modelo textual prende-se com o papel social de *especialista sobre política* atribuído aos comentadores, que justifica serem regularmente interrogados sobre assuntos cuja opinião é considerada relevante ao ponto de ocupar um espaço televisivo semanal, como é o caso dos comentários de MRS e MST. Além disso, recordamos que o comentador em televisão ocupa um lugar distinto do editor em política, jornalista que apresenta uma função idêntica à do comentador nos telejornais portugueses.

4.2. ANÁLISE DOS TEXTOS

4.2.1. ASPETOS ENUNCIATIVOS

Verificámos que no C1, em que a figura de comentador pertence a MRS, este é tratado por “professor”, uma designação abreviada do título académico de “Professor Doutor”, o que, apesar de exprimir uma certa familiaridade entre MRS e JS, expressa uma deferência social da parte da pivô; além disso, este tipo de tratamento confere a MRS uma autoridade na realização dos comentários na sua área científica, o direito. É de assinalar, ainda, a ocorrência explícita do pronome pessoal de 1.^a pessoa do plural, “nós”, e de formas verbais em que o mesmo está subentendido, contemplando os interlocutores ou referindo a audiência, os europeus. Quanto ao C2, observámos que RGC e MST têm uma relação socialmente mais próxima e

6. Atendendo ao conhecimento de carácter detalhado por parte do entrevistado, a entrevista é geralmente associada aos géneros de informação, segundo Authier-Revuz & Lefebvre (2015: 22), independentemente de ser a modalidade oral ou escrita. Sublinha-se que qualquer entrevista é um texto de carácter dialogal, com uma “fórmula dual” (Authier-Revuz & Lefebvre 2015: 20) de pergunta-resposta, com uma alternância de turnos de fala superior a dois (Authier-Revuz & Lefebvre 2015: 28), o que torna o género facilmente reconhecível e facilmente distinguível de um diálogo com vários intervenientes.

equilibrada, o que certamente decorre de MST ter sido jornalista, imperando o tratamento pelo nome próprio e por “tu”. Neste comentário, ocorre, inclusive, uma marca de 1.^a pessoa do singular enquanto forma verbal do verbo de opinião “achar”, “eu acho”. À semelhança do C1, o C2 também apresenta o pronome pessoal “nós” que ocorre de modo explícito e implícito, referindo os portugueses, ou um “nós” explícito que pode ter uma interpretação ambivalente: os *media*, isto é, RGC e MST, bem como os portugueses; não obstante, ocorre também a forma pronominal de 3.^a pessoa do plural “eles” para designar os portugueses.

A presença de marcas de pessoa, sejam formas pronominais, formas verbais e nominais, que identificam os interactantes em estúdio ou incluindo os telespetadores como elementos passivos da cena enunciativa nos C1 e C2, configuram segmentos pertencentes ao tipo de discurso interativo.

4.2.2. ASPETOS TEMPORAIS

De forma a obter dados que suportem a afirmação de que o presente do indicativo é a forma verbal com maior ocorrência neste género e nos respetivos tipos de discurso em causa, procedemos a uma análise quantitativa das formas verbais presentes em C1 e C2.

Assim, no C1, num total de 707 palavras, registam-se 94 formas verbais (13,30% do total de palavras); no C2, em 855 palavras, há 148 formas verbais (17,31%), distribuídas conforme exposto no quadro 2:

Tempos verbais	C1		C2	
	94 formas verbais		148 formas verbais	
	N	%	N	%
presente indicativo	64	68,09	82	55,41
infinitivo s/ subordinação sintática	9	9,57	22	14,86
pretérito perfeito simples	8	8,51	16	10,81
pretérito imperfeito	1	1,06	12	8,11
futuro indicativo + fut. perifrástico	5	5,32	6	4,05
conjuntivo (tempos vários)	3	3,19	7	4,73
pretérito perfeito composto	1	1,06	1	0,68
pretérito mais-que-perfeito comp.	1	1,06	0	0
condicional	1	1,06	2	1,35
gerúndio	1	1,06	0	0

Quadro 2 - Distribuição das formas verbais no *corpus*

O presente do indicativo é, com efeito, o tempo verbal mais frequente, consistindo em, respetivamente, 68,09% e 55,41% do total de formas verbais. Surge, tipicamente, em contextos como o seguinte, em que coexistem segmentos mistos de discurso interativo e discurso teórico:

JS professor começamos pela situação da Grécia (.) tivemos uma greve geral esta
sema:na (.) (...) o [que há a dizer? (C1)

Neste excerto, o presente do indicativo permite a ancoragem do discurso na atualidade (enunciativa e além do texto), enquanto o pretérito perfeito simples introduz o ponto de partida para a reflexão sobre os acontecimentos, na medida em que situa os tópicos em análise num tempo anterior ao momento da enunciação.

O presente do indicativo surge no *corpus* como marca de simultaneidade com o momento da enunciação, mas também com valor genérico, como se pode observar em C2:

MST a definição de estado social que ali está é feita num contexto social e demográfico <totalmente> diferente do que é agora (C2)

RGC Os portugueses, <para aquilo> que ganham, não pagam <muitos> impostos? (C2).

Estes dois valores do presente do indicativo não são totalmente distintos, e apresentam mesmo propriedades em comum. Segundo Correia (2012: 255), “o que parece unificar os valores do presente do indicativo, independentemente da incidência que possa ter no eixo temporal, é a construção de um valor de continuidade”.

A segunda forma verbal mais recorrente no *corpus*, o infinitivo remete para a noção subjacente ao verbo, não localizada temporalmente, como a noção de “cortar”, em segmentos mistos de discurso interativo e discurso teórico:

MST as <célebres> gorduras do estado (...) são muito difíceis de cortar (...). Nós, para cortarmos na despesa do estado, era preciso (...) despedir um milhão (...) de funcionários públicos (C2).

O pretérito perfeito simples é usado para o relato de situações anteriores ao momento da enunciação, tipicamente em relato interativo:

MST o estado não conseguiu cortar na sua despesa (C2)

Por seu lado, o pretérito imperfeito assume um conjunto de valores que têm em comum a exclusão do momento da enunciação: “No interior da predicação com o imperfeito define-se uma linha ou com valor de iteratividade, ou com valor de continuidade, que preenche todos os intervalos de tempo, excluindo, no entanto, sempre o momento da enunciação” (Correia 2012: 252). Encontramos, no *corpus*, um valor de continuidade, por exemplo, no seguinte excerto misto de segmentos de discurso interativo e de relato interativo:

MST a transformação que o país teve foi feita <em tempo> em que tínhamos o apoio dos dinheiros europeus e em que achámos que se podia gastar e endividar todos os anos (C2)

Com o pretérito imperfeito pode também construir-se a deslocação da origem da enunciação para uma localização fictiva, figurando num misto de discurso interativo e discurso teórico, como no exemplo já referido:

MST Nós, para cortarmos na despesa do estado, era preciso (...) despedir um milhão (...) de funcionários públicos (C2)

4.2.3. ASPETOS TEMÁTICOS

A unidade temática do *corpus* é também assegurada por meios lexicais. Por exemplo, no C1, a ocorrência do lexema “problema”, nas falas de MRS, remete para questões financeiras e políticas motivadas pelo difícil período pelo qual a Comunidade Europeia passava e que afetava, principalmente, as economias de Portugal, Espanha e Grécia:

MRS a Grécia não está resolvida e pode rebentar a qualquer momento no sentido de pode ser um problema outra vez a qualquer momento (C2)

MRS e sobretudo o grande problema chama-se Catalunha .h não é já só o problema de não haver acordo fiscal acordo financeiro é o problema de ir avançar para eleições (C2)

O lexema “confusão” tem o mesmo uso apontado para “problema”:

JS é uma grande confusão aqui ao lado (C1)

MRS é uma grande confusão em Espanha (C1)

Em C2, há cinco ocorrências de “dilema”, na fala de MST, que servem para orientar o pensamento do comentador, através de uma coordenação de ideias de carácter disjuntivo:

MST nós estamos - perante um dilema, um dilema que o país terá que enfrentar qualquer dia (C2)

MST há aqui - o dilema consiste no seguinte (C2)

MST Pagam, Rodrigo, justamente. Pois o dilema...(C2)

MST Ora, este dilema é que tem que se romper (C2)

Estas opções lexicais reafirmam o carácter polémico dos assuntos em discussão, ao mesmo tempo que apresentam o comentador como uma autoridade capaz de compreender e expor com clareza as problemáticas e eventuais soluções.

5. NOTAS FINAIS: QUEM TEM O PODER DA OPINIÃO?

Neste trabalho, procurámos descrever os aspetos enunciativos, temporais e temáticos do género textual comentário político televisivo a partir de dois exemplares, considerando uma perspetiva de análise sociointeracionista. Observámos que o tempo verbal predominantemente usado pelos dois interactantes, o pivô e o comentador, foi o presente do indicativo; em particular, os comentadores MRS (C1) e MST (C2) e o pivô RGC (C2) expressaram-se no presente do indicativo, no entanto, além do presente do indicativo, o uso do pretérito perfeito simples por JS (C1) é igualmente assinalável. Deste modo, a identificação do referido tempo e modo verbais foi observada predominantemente em tipos de discurso da ordem do expor, os discursos

interativo e teórico, que localizam a cena enunciativa no momento da enunciação, com valor de simultaneidade ou valor genérico.

A análise linguística permite-nos também afirmar que, no desenrolar do processo do agir, o pivô é o agente que implementa a agenda editorial, selecionando os temas atuais politicamente relevantes, por isso, o comentador é o ator que detém a autoridade para opinar, legitimado pelo lugar social que ocupa, comentando a atualidade relevante para todos. A este propósito, recordamos a deferência social com que JS trata MRS no C1 ou o simples ato injuntivo de ambos os pivôs relativamente a MRS e a MST quanto à sua opinião sobre os assuntos. Por sua vez, notamos que os dois comentadores recorrem a lexemas que lhes permite apresentar os conteúdos temáticos como polémicos, atuais e complexos, pelo que o seu entendimento dependia da mediação do comentador. Assim sendo, o comentador, papel assumido por MRS no C1 e MST no C2, detém o poder da opinião, que lhe é conferido tanto pelas suas capacidades de domínio dos conteúdos na sua área de conhecimento como pelo reconhecimento social que daí lhe advém. Destacamos este último ponto de vista relembrando o pensamento de Voloshinov, um dos autores nos quais assenta o programa do ISD, no qual é patente a perspetiva marxista de como as estruturas socioeconómicas influenciam a interpretação do papel do sujeito:

Individualistic confidence in oneself, one's sense of personal value, is drawn not from within, not from the depths of one's personality, but from the outside world. It is the ideological interpretation of one's social recognizance and tenability by rights, and of the objective security and tenability provided by the whole social order, of one's individual livelihood. The structure of the conscious, individual personality is just as social a structure as is the collective type of experience. It is a particular kind of interpretation, projected into the individual soul, of a complex and sustained socio-economic situation. (Voloshinov 1973: 89)

REFERÊNCIAS

- Authier-Revuz, J. & Lefebvre, J. (2015). L'entretien de presse: un genre discursif de représentation de discours autre. *Revista Investigações — Representação dos Discursos* 28, 1-59. Acedido em 17.05.2016 em <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1840/1455>.
- Barbosa, G. (2002). *Os “movimentos de avaliação” no discurso da aula – tipos, constituintes, funções e realização linguística*. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho.
- Bourdieu, P. (2001). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Brandão, N. G. (2010). *As notícias nos telejornais. Que serviço público para o século XXI?* Lisboa: Guerra e Paz, Editores S.A.
- Bronckart, J.-P. (2003). *Textos e Discursos. Por um Interacionismo Sócio-discursivo*. São Paulo: Editora da PUC-SP, EDUC.
- Bronckart, J.-P. (2008). Genre de textes, types de discours et “degrés” de langue. *Texto!* XIII (1), 1-95. Acedido em 19 de julho 2013, em <http://www.revue-texto.net/index.php?id=86>.
- Bronckart, J.-P. & Machado, A. R. (2004). Procedimentos de análise educacional. *O Ensino como trabalho. Uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, 131-163.
- Correia, C. N. (2012). Os tempos gramaticais em português europeu: as formas verbais e os valores de tempo, aspeto e modo(s). *VERBA HISPANICA XX*(1). Ljubljana: Ljubljana University Press, Faculty of Arts, 243-257.
- Coutinho, M. A. (2009). Marcadores discursivos e tipos de discurso. *Estudos Linguísticos /Linguistic Studies* 2, 193-210.
- Eco, U. (1998). *Sobre a imprensa. Cinco escritos morais*. Viseu: Difel, pp. 55-88.
- Levinson, S. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rastier, F. (2002). Le silence de Saussure ou l'ontologie refusée. *Cahiers de l'Herne — Saussure* 76, 23-51.
- Teixeira, C. (2016). Questões de semiótica e de gramática. *Cadernos de Linguagem e Sociedade* 17(1), 140-161. Acedido em outubro de 2016, em <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/18311>.
- Voloshinov, V. N. ([1930] 1973). *Marxism and The Philosophy of Language*. Tradução de Ladislav Matejka e I. R. Titunik. Estados Unidos da América: Seminar Press.

TEIXEIRA, CARLA & OLIVEIRA, TERESA; O PODER DA OPINIÃO.
ANÁLISE COMPARADA DE COMENTÁRIOS POLÍTICOS TELEVISIVOS
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 6, ANO 2017, PP. 212-234

FONTES

Sousa, Marcelo Rebelo, TVI, 30 de setembro de 2012.

Tavares, Miguel Sousa, SIC, Os comentários de Miguel Sousa Tavares, 29 de outubro de 2012.

ANEXO I

Convenções de transcrição

Convenções de transcrição

[adaptadas de Levinson (1983: 360-369) e de Barbosa (2002: 61)]

// ponto em que a palavra de um locutor se sobrepõe à palavra de outro;

? entoação interrogativa;

! entoação exclamativa;

: alongamento do som correspondente à letra ou à sílaba anterior, colocando-se tanto mais dois pontos quanto maior é o alongamento;

MAIÚSCULAS aumento do volume de um som;

- pausa curta;

-- pausa média;

--- pausa longa;

X palavra incompreensível;

XXX mais que uma palavra incompreensível;

Itálico segmentos lidos em voz alta;

< > vocábulo, parte de vocábulo ou expressão enfatizados do ponto de vista prosódico (através do ritmo, entoação, intensidade, etc.);

*** Presença de bordão de linguagem sem suporte lexical.

Comentário 1

/JS : professor começamos pela situação da Grécia (.) tivemos uma greve geral esta semana (.) mais cortes (.) mais medidas de austeridade (.) mais manifestações terminaram em confrontos enfim (.) o [que há a dizer?

MRS : sim no fundo] o que há a dizer é o seguinte a grande conversa esta semana é naturalmente a Espanha e depois Portugal e fala-se pouco da Grécia ah já se falou tanto tanto tanto que as pessoas se cansam mas a Grécia está por resolver

JS : claro

MRS : portanto está por resolver internamente (.) o Governo corta corta corta já vai em onze mil milhões mais de cortes e não chega .h para satisfazer a Troika .h e fora da Grécia continua a Europa dividida entre os que querem dar a mão (.) como é o caso da França e os que não querem dar a mão .h > ou estão divididos < como é o caso da Alemanha .h e portanto só para chamar à atenção para o facto de que a Espanha é o tema do momento mas a Grécia não está resolvida e pode rebentar a qualquer momento no sentido de pode ser um problema outra vez a qualquer momento

JS : e em Espanha tivemos estas manifestações grandiosíssimas esta semana a primeira das quais logo na noite de terça feira .h que também terminou da pior maneira .h com ameaças de independência por parte da Catalunha: datas marcadas para o referendo .h um resgate que poderá estar por dias .h é uma grande confusão aqui ao lado

MRS : é uma grande confusão em Espanha há várias coisas ao mesmo tempo umas que correm (.) um bocadinho melhor e outras a maior parte que (.) correm mal francamente mal tá a correr mal o ambiente social (.) portanto mais agressivo do que no nosso país eh fazendo lembrar de vez em quando a Grécia essa agressividade tem vindo a subir e a continuidade da agressividade ao longo do tempo (.) depois melhor um bocadinho o Governo a cortar na sequência do que o anterior já tinha cortado e está a cortar brutalidades acaba de cortar mais no p- orçamento para o ano que vem eh aparentemente até tem bons resultados nós se fossemos pela linha (.) daquilo que é positivo em Portugal que é a melhoria na balança de pagamento na Espanha há mesmo (.) um superavit na balança de pagamentos (.) uma vez que as importações caíram a pique simplesmente um complicado é que mais uma região pediu o resgate (.) Castilha La Mancha (.) e sobretudo o grande problema chama-se Catalunha .h não é já só o problema de não haver acordo fiscal acordo financeiro é o problema de ir avançar para eleições que são uma espécie de referendo (.) ao avançar por sua vez a seguir para a independência (.) [isto é

JS : que implicações é que isso tem]

MRS: se ganhar a coligação formada pelos independentistas e pela convergência Catalã .h isso significaria a realização de um referendo o referendo é claramente contra a constituição es-

ANEXO II

Comentário 1

ANEXO II

Comentário 1

panhola .h não é permitido pela constituição espanhola e portanto vai haver uma luta jurídica terrível se for por diante essa intenção e depois duas uma (.) ou se realiza o referendo (.) e estamos à porta de uma coisa que é uma (.) explosão na Europa a Europa não está preparada o euro não está preparado para um novo país independente é o renascer dos nacionalismos sob a forma de estados no pior momento em crise financeira ou então não fica recalcado (.) porque o Tribunal Constitucional diz que não fica recalcado e temos aí um processo que não é só um processo financeiro (.) nem económico é um processo político .h ou seja (.) em Espanha com alguma culpa do Governo (.) deste Governo porque esteve a gerir muito partidariamente a situação (.) para empurrar com a barriga para a frente o resgate (.) mesmo quando as notícias são boas por exemplo para os bancos são precisos menos dinheiro falava-se em cem mil milhões parece que sessenta mil milhões chegam

JS : [m m

MRS : politicamente] está-se a perder a batalha (.) mesmo quando económica e financeiramente a batalha pode estar a ser não direi ganha mas travada [politicamente

JS : politicamente poderemos estar perante um [desastre

MRS : exatamente]

Comentário 2

RGC Miguel, já há quem pense que este refundar do memorando não é mais do que uma <revisão> constitucional <sem> esse nome. É também essa a tua opinião?

MST - Como sabemos, este governo gosta muito de trazer palavras novas para o vocabulário político e quase todas as que começam por <"r"> *** reformular, rebalancear, refundar, de tudo, de maneira que há sempre aqui um jogo de palavras que não está bem esclarecido. Pode ser *** pedir a renegociação do acordo com a troika, que é aquilo que quase toda a gente defende menos o governo [//]

RGC [//] Mais um erro [//]

MST ou pode ser ***, de facto, pensar numa revisão constitucional que diminua - o estado social ou pode ser o conjunto de ambas as coisas. Agora, não há dúvida que, se for uma revisão do estado social, nós estamos - perante um dilema, um dilema que o país terá que enfrentar qualquer dia, *** como se o agora, pela estrutura de despesa do estado, <noventa> e tal por cento disto é despesa fixa, ou seja, o estado não pode cortar isto sem estar a cortar ou no funcionalismo público ou na defesa ou na justiça ou na política externa ou então nas prestações sociais das pessoas; significa que não sobra <nada> nem sequer para pagar a dívida que temos, para reduzir o défice a zero ou para o estado ele próprio investir. Portanto, há aqui - o dilema consiste no seguinte: se nós perguntarmos ao país todo (ainda no outro dia vi um jornal que fazia essa *** esse inquérito), quer dizer os portugueses preferem pagar menos impostos ou preferem ter mais *** prestações sociais? E eles respondem: <ambas> as coisas. É claro que a parte do país que não paga impostos ou não paga a sério vai dizer sempre que quer mais prestações sociais. //

RGC // X Mas não... não pagamos *** não interessa a *** a comparação com outros países europeus. Os portugueses, <para aquilo> que ganham, não pagam <muitos> impostos?

MST Pagam, Rodrigo, justamente. Pois o dilema... XX//

RGC // Mas é que..., mas é que o governo deu a entender que ainda pagamos pouco e, se querem..., se querem pagar menos, vão ter menos benefícios do estado.

MST Não, não, eu acho que aquilo que o ministro Vítor Gaspar disse faz algum sentido, tem razão de ser. Ele disse: os portugueses têm demasiadas expectativas para aquilo que estão dispostos a pagar. Ou seja, os portugueses, por um lado, acham que pagam impostos demais (aqueles que pagam), e é verdade, por outro lado, acham que as prestações sociais deviam ser melhores (aqueles que vivem sobretudo do apoio do estado). Ora, este dilema é que tem que se romper, porque aquilo que está a acontecer, ao contrário do que estava previsto no memorando da troika, é que o estado tem ido buscar dinheiro à economia para se financiar. De facto, o estado não conseguiu cortar na sua despesa - e aquilo que nós devemos discutir é porque é

ANEXO III

Comentário 2

ANEXO III

Comentário 2

que o estado não consegue cortar na sua despesa, porque as <célebres> gorduras do estado de que se fala, e fala-se quase sempre em tom... tom demagógico e populista, são muito difíceis de cortar; na verdade, as gorduras são muito difíceis de cortar. Nós, para cortarmos na despesa do estado, era preciso, por exemplo, uma das hipóteses, foi no outro dia, foi... acho que foi o José Miguel Júdice que disse isso, era despedir um milhão -, despedir um milhão, não..., despedir uma quantidade de funcionários públicos que custaria mil milhões de euros. Só esse despedimento... - reduzir isso, reduzir as prestações sociais, tornar o ensino público mais caro, tornar a saúde mais cara, quer dizer, alguma coisa teria que ser feito por aí...

RGC Mas, portanto, inevitavelmente, em tua opinião, acabaremos por ter <menos> estado - no futuro...

MST Eu acho que... que é inevitável, quer dizer, quando nós olhamos para a constituição de 1975, a definição de estado social que ali está é feita num contexto social e demográfico <totalmente> diferente do que é agora, quer dizer, as pessoas não viviam o que viviam hoje, não havia a <quantidade> de reformados que existe hoje, as despesas com a saúde não tinham <nada a ver> com o que existe hoje, o nível de exigência cívica e das pessoas era <muitíssimo> menor e o salto que o país deu, a transformação que o país teve foi feita <em tempo> em que tínhamos o apoio dos dinheiros europeus e em que achámos que se podia gastar e endividar todos os anos. Agora, que chegámos à conclusão que não é possível, já tentámos o empréstimo estrangeiro, como se viu, não chega, porque nós não conseguimos cortar na despesa e, portanto, das duas uma e este, finalmente, para concluir, é isto que os portugueses têm que decidir <ou querem> que continue este nível de estado social e, para o pagar, os impostos vão ter que subir até a um nível inimaginável, ou então querem que o estado cobre menos impostos para que haja mais economia a funcionar, nomeadamente, para criar emprego, mas aí o estado vai ter que cortar em coisas que são essenciais.

